

OUTUBRO 2017

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação

Plenário
NACIONAL DE PROFESSORES
AVEIRO



P.8, P.9 - DIA MUNDIAL DO PROFESSOR:
VALORIZAR A PROFISSÃO DOCENTE

Um milhar de professores no Plenário de Aveiro

EM SINTONIA

P.2 À P.5

NESTA EDIÇÃO

P.6, P.7 - ENTREGA DA RESOLUÇÃO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E AO PRIMEIRO-MINISTRO. FNE ESTÁ VIGILANTE E ATENTA | P.10, P.11 - CONFERÊNCIA DE IMPRENSA APRESENTA RESOLUÇÃO APROVADA PELO SECRETARIADO NACIONAL FNE | P.12, P.13 - FNE REAFIRMA QUE CCT PARA O SETOR PRIVADO DA EDUCAÇÃO É A MELHOR PROTEÇÃO DE TODOS OS SEUS TRABALHADORES | P.14 À P.16 - PROJETO DE INVESTIGAÇÃO - AÇÃO DO GFPE DA FNE. IMPULSIONAR A CRIATIVIDADE E A MOTIVAÇÃO | P.17 - PROFESSORES DE PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO. TUDO EM SUSPENSO SEM RESPOSTAS CONCRETAS | P.18, P.19 - O DESAFIO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS AO MOVIMENTO SINDICAL | P.20, P.21 - ADRIANO MOREIRA NO FUTURO DA EUROPA DA UGT: "O IMPREVISTO ESTÁ À ESPERA DE UMA OPORTUNIDADE" | P.22 - FNE CELEBRA PROTOCOLO COM ASSP | P.23 - FNE EM BRUXELAS NO COMITÉ SINDICAL EUROPEU DA EDUCAÇÃO | P.24 - III CIMEIRA GLOBAL DA INDÚSTRIA DA EDUCAÇÃO | P.25 - II SEMANA EUROPEIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL | P.26, P.27 - IE REAGE AO RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO



João Dias da Silva, no Plenário de Aveiro:

“Chega de empurrar os problemas com a barriga”

Um milhar de professores e educadores de todos os setores de ensino participaram, e disseram de sua justiça, no Plenário Nacional que a FNE levou a efeito na tarde do dia 12 de outubro de 2017, no Centro de Congressos de Aveiro. Para além do Secretário-Geral (SG), João Dias da Silva, e dos presidentes dos sindicatos da FNE, 40 professores intervieram no Plenário, sublinhando as suas preocupações na área da educação, numa altura crucial de finalização do Orçamento de Estado para 2018. O Plenário seguiu-se a uma reunião do Secretariado Nacional da FNE, que decorreu na manhã do mesmo dia, na delegação do Sindicato dos Bancários do Norte, em Aveiro.

João Dias da Silva referiu que “há uma desvalorização da imagem social do professor”, que é contraditória daquilo que é a responsabilidade que lhe está atribuída e aquilo que é a grandeza e a especificidade da sua responsabilidade para a escola, e portanto para a sociedade. Sobre o descongelamento das progressões em carreira, o SG da FNE sublinhou que “nós não desistimos de dizer sempre ao Governo que ele tem de ter efeito para todos no dia 1 de janeiro de 2018, com a consideração de todo o tempo de serviço que está congelado. Faseamentos já tivemos

nós até agora. Chega de empurrar os problemas com a barriga”.

O Plenário serviu para a FNE realçar e legitimar as suas reivindicações, que foram depois gravadas numa Resolução, aprovada por unanimidade e aclamação por todos os presentes, e entregue em 20 de outubro de 2017 ao Ministro da Educação e ao Primeiro-Ministro.

A Resolução nota que cansados de serem esquecidos ao longo da última década pelos sucessivos governos, que apenas deles se lembraram para os esbulharem de direitos e salário, e cansados da inércia deste Governo e dos sucessivos adiamentos de tomadas de decisão relativamente a matérias consideradas essenciais para todos os docentes, os professores e educadores portugueses entenderam ser chegado o momento de verem repercutida na sua situação profissional e salarial as melhorias económicas todos os dias anunciadas por todos os membros do Governo, exigindo por isso a adoção de medidas concretas, que se traduzam numa efetiva melhoria das suas condições de vida e de trabalho e numa melhoria da qualidade da Educação em Portugal.



Assim sendo, os educadores e professores reunidos no Plenário Nacional de Aveiro decidiram transmitir ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Educação e a todos os Partidos com representação Parlamentar a seguinte deliberação, com o objetivo de anular a precariedade e a degradação das condições do exercício profissional docente:

1

Exigir o cumprimento assumido pelo Governo do descongelamento das carreiras dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico, Secundário e Superior, assim como dos demais trabalhadores da Administração Pública, no dia 1 de janeiro de 2018, para todos sem exceção, e que o tempo até agora congelado seja repercutido no reposicionamento dos Educadores e Professores no escalão em que por direito e justiça devem ser integrados.

2

Exigir a adoção urgente de medidas que promovam a integração nos quadros dos docentes que, em regime de precariedade, têm vindo a garantir o funcionamento do sistema educativo regularmente, quer no ensino básico e secundário, quer no ensino superior, e que continuam a ser essenciais para a promoção de um ensino de qualidade e inclusivo.

3

Recordar que o Governo, embora sobejamente conhecedor desta factualidade, continua a ignorar e negar de forma autista a evidência de um corpo docente envelhecido, insatisfeito e que não vê qualquer atitude de disponibilidade política em encontrar **soluções concretas**, nomeadamente, com a imprescindível criação de um regime especial de aposentação para os docentes, bem como outras medidas de compensação do desgaste específico que a profissão docente implica, exigindo que, no mais curto espaço de tempo, se legisle no sentido de permitir a todos os docentes a sua aposentação ao fim de 36 anos de serviço, independentemente da idade.

4

Exigir uma revisão de fundo da forma como devem ser dotados os quadros de agrupamento de escolas, com inclusão nesta dotação não só dos docentes necessários ao cumprimento das cargas letivas de cada uma das disciplinas ou grupos disciplinares, mas também de um número de lugares que proporcione em cada agrupamento as necessidades educativas essenciais à promoção do sucesso escolar dos alunos e dos projetos em curso, libertando os professores com as componentes letivas preenchidas de continuarem a sua interação com alunos em aulas de apoio nas horas da componente não letiva, sendo que estas devem ser exclusivamente para as reuniões necessárias ao desenvolvimento pedagógico e curricular e para as atividades de colaboração entre docentes;



PLENÁRIO NACIONAL
DE PROFESSORES
E EDUCADORES
Aveiro 12 OUT 2017

PROFS NÃO DESISTEM

#PROFSNAODESISTEM

- 5 Exigir uma revisão em profundidade do regime de concursos dos docentes dos ensinos básico e secundário no âmbito de uma nova forma de dotação dos quadros de escola e exigir a abertura de um novo concurso em 2018 que enquadre as novas soluções, dando primazia a uma verdadeira e realista dotação dos quadros de agrupamento e em que os quadros de zona pedagógica deverão servir apenas para suprir as necessidades transitórias do sistema, num âmbito geográfico inferior ao atual;
- 6 Demonstrar um profundo sentimento de insatisfação pelo desprezo que têm revelado sobre as condições em que a atividade docente se desenvolve, que segundo a Organização Internacional de Trabalho constitui uma profissão de risco físico e mental, fruto do stress que a mesma comporta, geradora de “burnout”, espelho dos problemas com que os docentes se confrontam no dia-a-dia, resultantes também da insatisfação pela sobrecarga de tarefas colocadas sobre os educadores e professores.
- 7 Exigir soluções dignas para o desempenho profissional dos Educadores e atenção à especial complexidade das funções que hoje lhes são atribuídas, nomeadamente em termos de organização do tempo de trabalho, da dimensão e conteúdo das componentes letiva e não letiva e de trabalho individual, do exercício das funções de direção de turma e das funções de coordenação de órgãos pedagógicos, do número de alunos e do número de níveis e turmas atribuídos.
- 8 Encontrar soluções de compensação aos educadores de infância e professores do 1.º ciclo, que pelas características do exercício em regime de monodocência não podem reduzir a sua componente letiva à semelhança dos seus pares dos restantes ciclos de ensino.
- 9 Exigir que os Professores de EPE (Ensino Português no Estrangeiro) possam ser opositores aos concursos em território nacional em primeira prioridade.
- 10 Exigir, uma vez mais, a assunção concreta e séria de uma calendarização negocial integrando as diferentes matérias aqui consignadas e que sobre estas sejam determinados os respetivos processos de audição e negociação tão urgentemente quanto possível.



Na sequência deste Plenário, a FNE solicitou uma reunião com caráter de urgência ao Ministro da Educação, para garantir o direito de todos os Docentes à progressão em carreira a partir de 1 de janeiro de 2018, com a consideração de todo o tempo de serviço congelado, e continua, como é óbvio, a acompanhar com exigência todas as questões relacionadas com o Orçamento de Estado para 2018, assim como os processos negociais com o Governo, considerando vir a adotar todas as formas de luta que em cada circunstância forem consideradas ajustadas, incluindo a greve.



Residência Oficial do Primeiro-Ministro

Entrega da Resolução ao Ministério da Educação e ao Primeiro-Ministro

FNE está vigilante e atenta

Uma delegação da FNE deslocou-se ao Ministério da Educação (ME) e à Residência Oficial do Primeiro-Ministro, em S. Bento, para proceder à entrega da Resolução aprovada no Plenário Nacional de Professores, realizado em Aveiro, no passado 12 de outubro de 2017, e que contou com a participação de cerca de um milhar de docentes de todo o país.

Numa altura em que a proposta de Orçamento de Estado para 2018 está em cima da mesa, surge esta iniciativa como uma chamada de atenção para as promessas não cumpridas pelo Governo relativamente ao descongelamento de carreiras para todos e a partir de 1 de janeiro de

2018, com a consideração de todo o tempo de serviço congelado.

“Não está fora de hipótese uma greve até final de novembro, quando o Orçamento de Estado é votado na generalidade.”

João Dias da Silva

A FNE defende que este é o momento de se verem alterações na

situação profissional e salarial dos educadores e professores portugueses, exigindo para isso a adoção de medidas reais que se traduzam numa efetiva melhoria das condições de trabalho, contribuindo desta forma para uma melhor Educação em Portugal.

A FNE sublinhou nesta oportunidade que "temos procurado que a situação particular dos professores tenha um enquadramento próprio. Os professores não podem ficar à margem dos outros funcionários da administração pública: para uns o tempo congelado conta para efeitos de reposicionamento de carreira, para outros não."

Mas para além desta matéria claramente mais urgente, e na sequência da Resolução aprovada no dia 12 de outubro de 2017, a FNE defende também que é necessário que sejam determinadas orientações, em sede de diálogo social sobre questões como:



- Apresentação de soluções de forma a combater o envelhecimento do corpo docente, sendo imprescindível a criação de um regime especial de aposentação, bem como outros modos de compensação do desgaste tanto físico como psicológico, que a profissão de docente acarreta, permitindo a aposentação ao fim de 36 anos de carreira.

- Redução da precariedade no setor, adotando medidas que promovam a integração nos quadros dos docentes que vivem nesse regime, sendo essencial o cumprimento e definição de normas justas e iguais que permitam a vinculação de 3500 docentes prevista no Orçamento de Estado para 2018.

- Revisão da forma como os quadros de agrupamento de escola são dotados deve ser alvo de revisão, incluindo nesta dotação não só dos docentes necessá-

rios ao cumprimento de cargas letivas de cada uma das disciplinas ou grupos disciplinares, mas também de um número de lugares que proporcione em cada agrupamento cumprir as necessidades essenciais ao sucesso escolar.

“Não aceitamos dois pesos e duas medidas. Não pode haver trabalhadores que progridem em função do tempo de serviço e outros que não. O descongelamento é um direito. Os professores não andaram a brincar estes 10 anos.”

João Dias da Silva

- Revisão profunda do regime de concursos de docentes dos ensinos básico e secundário de forma a dotar os quadros de escola de uma nova forma, com o

concurso extraordinário de 2018 a enquadrar novas soluções, com respeito total pelo princípio da graduação profissional.

- Definição de soluções dignas para o ambiente profissional dos Educadores e Professores com especial enfoque nas funções complexas que hoje têm como organização do tempo de trabalho, da dimensão e conteúdo, das componentes letiva e não letiva, das funções de direção de turma, coordenação de órgãos pedagógicos e o número de alunos.

- Encontro de soluções de compensação aos educadores de infância e professores do 1º ciclo que devido às características do exercício em regime de monodocência não podem, como os seus pares dos restantes ciclos de ensino, reduzir a sua componente letiva.

Para a FNE, "tem de haver da parte do ME abertura para o diálogo, para a negociação. Esta é a nossa aposta", garantindo ainda **"que não vamos ficar parados. E de certeza que os professores, à roda das iniciativas que viermos a definir no futuro, se forem necessárias à ausência de respostas concretas sobre estas matérias, nomeadamente com realização de manifestações, greves ou outras ações, estarão certamente connosco. Estaremos atentos, vigilantes e não deixaremos de lutar por uma profissionalidade docente reconhecida e valorizada"**.



HOJE FICAMOS MAIS FORTES!

OBRIGADO!



FNE celebra Dia Mundial do Professor

Centenas de escolas de todos os setores de ensino, alunos e professores, municípios e comunidades educativas de todo o país aderiram às múltiplas iniciativas que os sete sindicatos de professores da Federação Nacional da Educação (FNE) levaram a cabo, no âmbito da campanha **#obrigadoprofessor**, para comemorar o Dia Mundial do Professor 2017, alusivo ao tema “Ensinar com autonomia, dar força aos professores”.

Além de reuniões com os parceiros educativos, os sindicatos da FNE organizaram eventos em vários municípios portugueses, seminários e ciclos de conferências sobre a condição docente, pintura de murais por alunos, professores, pais e encarregados de educação, um *Summit* Educacional na Praia da Vitória, no arquipélago dos Açores e uma cerimónia comemorati-

va que envolveu o Hastear da bandeira alusiva ao Dia Mundial do Professor em centenas de escolas e em sedes de concelhos de todo o país.

Nesta celebração especial da importância do papel de todos os professores e educadores de todo o mundo, deu-se um especial destaque à lembrança da Recomendação OIT / UNESCO sobre o *Estatuto dos Professores (1966)* e à *Recomendação da UNESCO relativa à Condição do pessoal docente do ensino superior (1997)*, que faz 20 anos em 2017. Estes dois instrumentos são de relevância extrema, pois complementados pelas Diretrizes de Política da OIT (Organização Internacional do Trabalho) relativas à *Promoção do trabalho digno para pessoal da educação pré-escolar* definem os verdadeiros padrões internacionais para a profissão docente.

As ações realizadas pelos sindicatos de professores da FNE podem ser acompanhadas através da página de internet www.obrigadoprofessor.pt e da página de facebook <https://www.facebook.com/obrigadoprof>.



Conferência de imprensa apresenta resolução aprovada pelo Secretariado Nacional FNE



O Plenário Nacional de Professores que reuniu no dia 12 de outubro, em Aveiro, cerca de um milhar de docentes de todo o país, foi muito claro quanto às exigências e quanto aos prazos para que o Governo desse uma resposta inequívoca em relação ao respeito que lhe devem merecer todos estes profissionais.

Ora, estando entregue na Assembleia da República o Orçamento de Estado para 2018, o que se verifica é que este não contempla, no quadro do descongelamento das carreiras da Administração Pública, a consideração de todo o tempo de serviço docente que esteve congelado desde 30 agosto de 2005 a 31 dezembro de 2007 e de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2017, ao contrário do que acontece com a generalidade das carreiras do setor. Esta atitude discriminatória em relação aos docentes é inteiramente injustificável e incompreensível.

Este Orçamento de Estado para 2018 revela de forma inaceitável a desconsideração com que o Governo e o ME estão a tratar os Educadores e Professores.

Na verdade, este Orçamento ignora em absoluto o esbulho do tempo de serviço de que os Educadores e Professores foram alvo, sendo espoliados em mais de 9 anos de serviço “efetivamente prestado”. E isto num quadro em que para todos os demais

trabalhadores da Administração Pública esse tempo é contabilizado.

Os Educadores e Professores não podem por isso aceitar esta atitude discriminatória por parte do Governo e do ME, que é violadora do princípio da igualdade de tratamento de todos os portugueses.

Não há, nem pode haver a tentação de segregar os Educadores e Professores face aos demais trabalhadores da Administração Pública. É que, ao contrário do que o Ministro da Educação tem afirmado, os Professores não têm, neste processo, um tratamento igual ao da generalidade dos trabalhadores da Administração Pública.

A FNE, os Educadores e Professores não aceitam esta ignomínia e não deixarão de dar a resposta devida a quem os está a vilipendiar.

Os docentes portugueses sabem que os sucessivos governos só se têm lembrado deles para os esbulharem de direitos e remuneração, não adotando políticas de reconhecimento, valorização e consideração públicos.

Neste Orçamento de Estado, há uma violação clara do direito à igualdade de tratamento que deve ser respeitada entre todos os trabalhadores.

A paciência tem limites; a disponibilidade para o diálogo e para a negocia-

ção não pode esbarrar constantemente com a ausência do parceiro a quem cabe a responsabilidade de tutelar mais de cem mil trabalhadores. É inaceitável que a resposta do Ministério da Educação seja a de recusar o agendamento de qualquer reunião sobre a questão do descongelamento das carreiras. Uma reunião que é pedida não deve ser negada, em nome de um espírito democrático de respeito que é devido aos parceiros sociais da área da Educação.

Por outro lado, é ainda certo que há um conjunto de questões extremamente sensíveis para a valorização dos docentes e que o Ministério da Educação continua a ignorar, como sejam: a determinação de condições especiais de aposentação, em nome do especial desgaste profissional docente; o fim da precariedade que continua a assinalar a profissão docente; o respeito pelos limites do tempo de trabalho docente, promovendo a clara definição das atividades que se devem inserir na componente letiva e na componente não letiva, a aposta em medidas promotoras do rejuvenescimento do corpo docente e a revisão em profundidade do diploma de concursos, garantindo o respeito pela graduação profissional dos docentes em todas as fases concursais e ainda redimensionando o número de quadros de zona pedagógica, e revendo a forma como devem ser dotados os quadros de agrupamento de escolas, entre outras.

Deste modo, os docentes portugueses não aceitam que se adie o momento de verem repercutida na sua situação profissional e salarial as melhorias económicas todos os dias anunciadas por todos os membros do Governo, exigindo por isso que sejam adotadas as medidas concretas que se traduzam numa efetiva melhoria das condições de trabalho dos Educadores e Professores, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da Educação em Portugal.

Assim, é urgente:

- a) o agendamento do processo negocial para regulamentação dos artigos 36º e 37º do Estatuto da Carreira Docente – respeitantes, por um lado, a docentes vinculados e congelados no 1º escalão da carreira e, por outro lado, a docentes retidos nos 4º e 6º escalões;
- b) o reconhecimento do direito ao descongelamento universal da carreira docente, a partir de 1 de janeiro de 2018;
- c) o reconhecimento do direito à recuperação de todo o tempo de serviço congelado, incluindo todas as perdas de tempo de serviço efetivamente prestado e acumuladas nos processos de transição de carreira que ocorreram desde 2009;
- d) a determinação de processos negociais que conduzam à determinação de novos enquadramentos de carreira e aposentação que valorizem estes profissionais.

Em nome destes objetivos, o Secretariado Nacional da FNE, na reunião extraordinária do seu Secretariado Nacional, realizada no Porto no dia 30 de outubro de 2017, decide:

- 1 Enviar novo ofício ao Ministro da Educação a solicitar a marcação de reunião que possa responder a estas preocupações;
- 2 Pedir reuniões a todos os Grupos Parlamentares, para exposição das graves opções que estão incluídas no Orçamento de Estado e que desconsideram todos e cada um dos docentes portugueses;
- 3 Realizar reuniões nas escolas, entre 6 e 10 de novembro, promovendo debates com todos os educadores e professores, para os mobilizar para as ações que vão ser desenvolvidas;
- 4 Realizar uma concentração no dia 15 de novembro de 2017, a partir das 11h, em Lisboa, em lugar a determinar, deslocando-se depois para uma outra concentração a ocorrer junto à Assembleia da República, e que se enquadre em organização a ser promovida em articulação com outras organizações sindicais de docentes, para o que se convocará um Plenário Nacional de Professores, apresentando-se também um pré-aviso de greve que possibilite a participação dos docentes que nela queiram participar;
- 5 Declarar greve, à primeira hora de trabalho de cada dia em que cada docente tem atividade letiva atribuída, a partir de 13 de novembro e até 27 de novembro;
- 6 Declarar greve a toda a atividade letiva, de trabalho com os alunos, inscrita na componente não letiva, a partir de 13 de novembro e até 29 de dezembro de 2017;
- 7 Convidar todas as restantes organizações sindicais a participarem nestas iniciativas, para o que a FNE se disponibiliza para com elas as articular e desenvolver.

Por seu turno, cada Sindicato membro da FNE não deixará de, neste período de tempo, e até à última votação do Orçamento de Estado, realizar atividades de manifestação da indignação dos docentes que representam.

Oportunamente, o Secretariado Nacional da FNE procederá à análise do desenvolvimento das ações de contestação, no sentido de vir a identificar outras iniciativas que venham a ser promovidas, nomeadamente em articulação e em convergência com outras organizações sindicais.

Porto, 30 de outubro de 2017



FNE reafirma que CCT para o setor privado da educação é a melhor proteção de todos os seus trabalhadores



A FNE volta a sublinhar a extrema importância do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) que, juntamente com um conjunto de outros Sindicatos, assinou este ano, para evitar o vazio de regulação laboral no setor e na defesa dos trabalhadores envolvidos – docentes e não docentes. A FNE tudo fez para não deixar caducar o CCT para os docentes e trabalhadores não docentes do ensino particular e cooperativo, tal como pretendiam os empregadores das escolas privadas, quando apresentaram a respetiva denúncia, junto do Ministério do Trabalho, em maio de 2013.

A FNE recorda que este foi um processo muito complexo em termos negociais, devido à crise económica e social que na altura abalou o país e ao facto de muitas empresas portuguesas terem denunciado os CCT ou de os terem deixado caducar, por incapacidade de manter as condições de trabalho, nomeadamente as remuneratórias. Foram muitas as empresas que entraram em falência e milhares de trabalhadores ficaram no desemprego, em muitos casos por intransigência de alguns sindicatos e comissões de trabalhadores, que se posicionaram em extremismos de exigência tal perante as empresas que as conduziram para despedimentos coletivos, muitos deles sem indemnizações aos trabalhadores.

Os cerca de 700 estabelecimentos de ensino privado que existem em Portugal também não escaparam à dramática consequência da falência do país e a crise social que abalou mais de um milhão de portugueses. Alguns estabelecimentos entraram em colapso porque perderam parte dos seus alunos, devido à falta de condições económicas de milhares de famílias. Muitos deles, para não encerrarem e enviarem milhares de professores e de trabalhadores não docentes para o desemprego, tiveram que diminuir significativamente as prestações das propinas dos alunos. E oitenta destes 700 estabelecimentos de ensino, onde os cortes de financiamento foram significativos, tinham algumas turmas financiadas pelo Estado.

Esta situação trouxe lamentavelmente consequências no CCT para o ensino particular e cooperativo que vigorou até agosto de 2013, e que levou à apresentação por parte da Entidade Patronal (AEEP) da sua denúncia, com o objetivo claro de desregular o trabalho na educação e se cumprirem o mínimo das regras que estão estabelecidas no Código de Trabalho (CT), o que para os educadores e professores era um rude golpe e um retrocesso sem precedente no seu futuro profissional e social. Educadores, Professores e

Pessoal não docente ficariam com as regras de trabalho definidas apenas por cada empregador, em cada estabelecimento de ensino.

A FNE lutou até ao fim para evitar que as intenções de desfazer as regras coletivas a que os empregadores eram obrigados a cumprir através dos acordos coletivos fossem concretizadas. E conseguimos. Dissemos na altura, com toda a clareza, que não é o melhor de todos os tempos, nem aquele que desejaríamos em alguns aspetos. Mas foi o possível para, coletivamente, manter os docentes e não docentes do ensino particular e cooperativo com as condições de trabalho reguladas e melhores face às disposições gerais do CT, onde nada se contempla relativamente à especificidade da função docente.

A FNE esclarece também que quando renegociou um novo CCT, que entrou em vigor em setembro de 2014, fê-lo para que os seus associados e os restantes trabalhadores do setor, que voluntariamente a ele quisessem aderir, não ficassem regidos unicamente pelo CT - que é, e continua a ser, o instrumento regulador do trabalho que as entidades empregadoras mais querem e continuam a querer, porque sendo assim deixam de estar obrigadas a cumprir as regras muito específicas dos educadores e professores, tais como a definição de horários letivos e não letivos, horas de trabalho individual, vencimentos ao critério de cada empregador, sem estabelecimento de carreiras e progressões por antiguidade, sem aumentos anuais que por regra são negociados quando há CCT em vigor, já para não falar de muitas outras matérias que face ao CT são muito mais favoráveis no Contrato Coletivo de Trabalho.

Com a celebração do CCT de 2014, cujas normas ainda se mantêm quase na totalidade no CCT que está agora em vigor desde setembro de 2017, registamos que na altura 82 % dos docentes e 87 % dos trabalhadores não docentes fizeram a sua adesão individual ao Contrato Coletivo negociado e acordado pela FNE.

É com espanto e grande perplexidade que, decorridos três anos da entrada em vigor de um novo CCT, haja quem venha colocar em causa uma Convenção Coletiva que acolheu a esmagadora maioria dos docentes e não docentes do setor privado da educação, incluindo associados de outras organizações sindicais. Mas a FNE também não pode deixar de relevar como um enigma sindical o facto de outras organizações sindicais ainda não terem chegado a explicar aos seus associados a razão porque ainda não conseguiram desde 2013 obter um contrato coletivo, nem pior nem melhor para os seus associados, tendo-os até induzido a que não aderissem ao CCT da FNE porque iriam obter um acordo melhor.

Por estranho que pareça, até agora ainda não se viu nada nem melhor, nem pior, em prol da defesa dos respetivos associados. Ou seja, houve quem deixasse completamente à deriva os seus associados e agora em desespero de causa e sem argumentos para defender aquilo que não soube fazer ou não quis fazer põe-se, como é seu hábito, a maltratar indignamente uma vez mais a FNE e os cerca de vinte sindicatos que negociaram e subscreveram esta Convenção Coletiva.

A FNE também quer esclarecer que quando negocia os CCT, neste caso em concreto com a AEEP, apenas se obriga perante os seus filiados e é a estes que diretamente se aplica o CCT assinado pela FNE, e são estes que financiam com a sua quotização mensal todas as despesas inerentes ao funcionamento do seu sindicato e os custos avultados que envolvem todas as componentes da negociação coletiva, desde recursos técnicos, advogados,

juristas, deslocações e centenas de horas de reuniões negociais.

No entanto, o CT permite que os trabalhadores não sindicalizados ou até sindicalizados noutros sindicatos peçam a sua adesão individual à convenção que melhor os sirva e os defenda no seu setor de atividade. Mas nestes casos, se o trabalhador não sindicalizado ou sindicalizado noutra organização sindical pretenda ver as suas condições de trabalho e de carreira protegidas por um contrato coletivo, e neste caso em concreto pretenda ter essa proteção ao abrigo do Contrato Coletivo celebrado entre a FNE e AEEP/ANESPO, a Lei Geral do Trabalho no seu artigo 492.º, número 4, prevê que estes trabalhadores paguem um montante estabelecido na própria Convenção às associações sindicais envolvidas, a título de participação nos encargos da negociação.

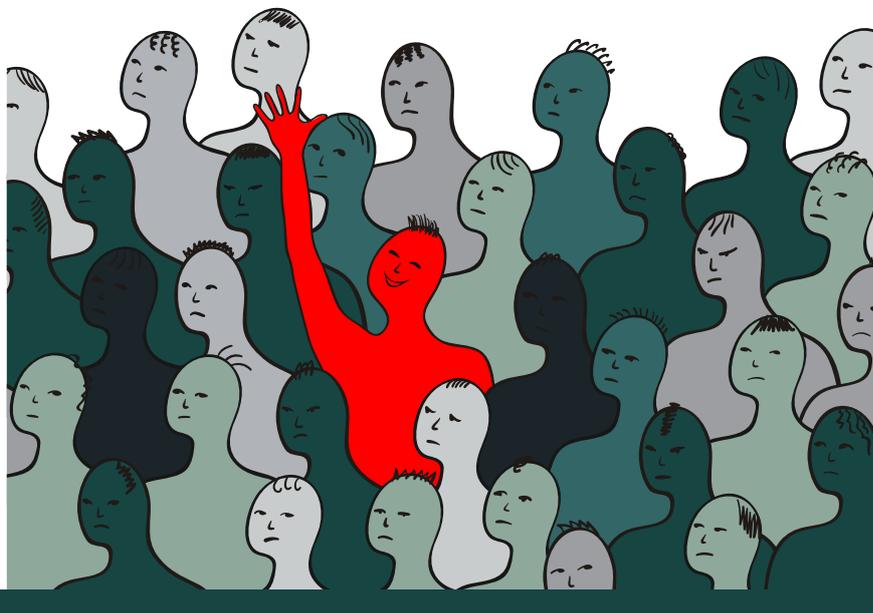
Esta é uma disposição de elementar justiça perante todos os sindicalizados e perante a importância do movimento sindical na proteção dos direitos coletivos dos trabalhadores. Importa esclarecer que é com as quotizações dos que estão associados que os sindicatos podem fazer o seu trabalho em prol da defesa dos trabalhadores e, neste caso em concreto, impedir que estes fiquem desprotegidos de normas específicas do setor educa-

ção que a Lei Geral do Trabalho não define e deixa ao livre arbítrio de cada empregador para com os seus trabalhadores.

Esta contribuição para os custos da negociação só obriga os que, não sendo sindicalizados nas organizações sindicais subscritoras do Contrato Coletivo de Trabalho da FNE/CNEF, e de livre vontade, queiram proteger-se coletivamente, pedindo a adesão ao mesmo, mas que obrigatoriamente contribuam com um valor inferior ao valor da quota dos sindicalizados, tendo estes naturalmente outros direitos de defesa dos próprios sindicatos, em caso de conflito laboral e regalias sociais.

O Mundo mudou muito na última década, o mundo do trabalho sofre mudanças a uma velocidade vertiginosa e é com grande preocupação que a FNE vê que algumas organizações sindicais continuem com uma prática sindical inadequada à evolução das relações de trabalho, do interesse dos trabalhadores e também dos empregadores e, lamentavelmente, só conseguem fazer uma leitura da negociação coletiva se for granjeada apenas com ganhos, sem querer analisar os contextos, a diversidade de situações e os momentos menos favoráveis da economia do país.

2 de outubro de 2017



Impulsionar a criatividade e a motivação



Lúcia Miranda
Gestora da Formação do GFPE

A preparação para o trabalho na sociedade contemporânea tornou-se uma tarefa complexa. As novas formas de produção do conhecimento, o avanço tecnológico e a globalização estão a exigir um novo profissional com conhecimentos, atitudes, habilidades e comportamentos para o trabalho a desempenhar. Esses conhecimentos e preparação devem ser contínuos, ao longo da vida e, cada vez mais, sob responsabilidade do próprio indivíduo.

As mudanças iniciadas no final do século XIX evoluíram rapidamente provocando mudanças em todos os domínios da atividade humana, e a escola não é uma exceção.

Na primeira metade do século XX concebia-se que a vida de trabalho de uma pessoa começava na adolescência com a escolha da profissão e seguia com a formação profissional e/ou a inserção no mundo do trabalho estável e previsível.

Nas décadas finais do referido século, essa concepção foi substituída por uma perspectiva de que preparar-se para o trabalho implica desenvolver competências que se iniciam na infância e que devem ser constantemente aperfeiçoadas ao longo da vida, para garantir a empregabilidade num mundo cada vez mais instável e imprevisível.

É neste contexto que, no mundo atual, o conceito de criatividade é reclamado como essencial à preparação do futuro e da vivência com qualidade do momento presente. Os avanços tecnológicos, sociais, económicos, que surgem a um ritmo veloz, exigem dos indivíduos competências não só para conhecerem, reproduzirem e se adequarem, mas essencialmente para inovarem. Não mais se pode pensar num quotidiano de sucesso sem competências de resolução criativa de problemas.

No contexto educacional, a fim de permitir que um maior número dos alunos possa beneficiar das respostas de qualidade desse mesmo contexto, que favoreçam um desenvolvimento pleno, diversos estudos reforçam a necessidade de se propiciar e estimular a capacidade criativa dos estudantes em todos os níveis de ensino. É pro-

posto que se revejam práticas educativas e são sugeridos programas de treino e estimulação da criatividade.

A escola precisa de ser um espaço onde se cultivam e valorizam as ideias criativas não só dos seus alunos, mas também dos seus educadores. Os educadores necessitam de interiorizar e manifestar um perfil criativo para construir um ambiente educativo, um quotidiano facilitador da flexibilidade, da crítica e da criatividade. A literatura aponta para características que o educador deve possuir para lhe ser reconhecido tal perfil criativo.

Porém, além de características mais internas, é sobejamente ilustrado o que constitui um ambiente potenciador da criatividade, nomeadamente no contexto educativo: reconhecimento e valorização de ideias diferentes e úteis, estimular a motivação, diversificar estratégias e tarefas, favorecer a multiplicidade de respostas e não a convergência, reforçar a colaboração face à competição, são exemplos desses requisitos para que a criatividade possa desenvolver-se. Isto, obviamente, pressupõe algo afirmado pela investigação e que é essencial à gestão educativa de hoje: a ideia de que o potencial criativo pode ser desenvolvido como qualquer outro traço ou característica humana.



CRIATIVIDADE

Adicionando ao anterior construto o da motivação podemos dizer, que juntos podem constituir o combustível mais eficaz para um desempenho de excelência e gratificante para o indivíduo e para as organizações.

Considera-se que os efeitos da motivação podem ser observados a partir do esforço que o sujeito faz quando se envolve na tarefa e quando enfrenta tarefas desafiadoras, que pela sua natureza exigem maior empenho e perseverança, ou pela qualidade das suas produções e no resultado final que obtém. De facto, a qualidade do investimento pessoal do sujeito implica não só o uso de estratégias de aprendizagem, mas também a gestão de recursos de maneira flexível.

A investigação tem sido congruente mostrando que o sujeito fracassa no seu trabalho, não tanto por causa da carência de estratégias cognitivas, mas por causa de um défice nas estratégias motivacionais e emocionais. Estas são, por sua vez, fortemente influenciadas pelos contextos de vida do próprio sujeito. Assim, para a explicação da conduta motivada, teremos que considerar não só as características do sujeito como as características da tarefa ou ainda certos factores ambientais, cuja sua atuação em conjunto pode explicar o envolvimento ou não do sujeito naquela tarefa em concreto.

De facto, na prática profissional, a motivação é um importante fator não apenas para a produtividade efectiva do educador, mas também para a sua saúde e bem-estar. Estudos na área da ergonomia e da psicologia do trabalho sugerem que a motivação para o trabalho se relaciona não só com as condições de trabalho e com os objectivos a atingir, mas também com a qualidade de vida e bem-estar no seu trabalho.

Assim, a motivação passa a ser concebida como um recurso interno que explica muitos aspetos do comportamento humano (realização, desenvolvimento, bem-estar), incluindo o lidar com as tarefas do quotidiano laboral, que podem não ser intrinsecamente interessantes. As pessoas envolvem-se nas atividades por interesse, prazer ou satisfação e experienciam graus elevados de energia quando estão intrinsecamente motivadas.

Deci e Ryan (1985, 2000) sugerem que o estado psicológico de bem-estar assenta em condições ambientais que devem permitir a satisfação de três necessidades básicas: autonomia (nível de independência e controlo das escolhas percebidas pelo indivíduo), competência (experiência de perceções de eficácia pessoal e de mestria na realização de atividades e no estabelecimento de objetivos) e relacionamento (necessidade de estabelecer relações interpessoais significativas em contextos específicos, percepção de pertença e de apoio na realização de atividades e no estabelecimento de objetivos). De acordo com os autores, a satisfação destas necessidades básicas inatas será indispensável para que o sujeito desenvolva a sensação de bem-estar e de apoio à concretização dos seus projectos individuais. No fundo, estas necessidades permitem a adaptação ao meio ambiente, fornecendo os nutrientes para a sua motivação intrínseca.

Motivação

SIM, EU POSSO !



Alguns estudos têm sugerido que no contexto organizacional climas organizacionais mais flexíveis e abertos às mudanças promovem a satisfação destas três necessidades básicas (autonomia, competência e relacionamento) e, conseqüentemente, aumentam a motivação intrínseca dos educadores e promovem a plena internalização da motivação extrínseca, produzindo resultados importantes para a persistência na tarefa, para a abertura à mudança, para um desempenho mais eficaz nas tarefas, maior criatividade e flexibilidade cognitiva, maior satisfação e atitudes mais positivas face ao trabalho, ou ainda, a implementação de comportamentos de cidadania organizacional e ajustamento psicológico e bem-estar.

Vários estudos têm demonstrado também uma correlação positiva entre satisfação no trabalho e o bem-estar, sendo, por isso, a primeira um bom indicador da segunda e vice-versa.

Ser inovador, responder criativamente aos desafios que se vão impondo, é uma forma de responder a esse desafio que por sua vez potencia o bem-estar. Um indivíduo criativo é flexível, tolerante à ambiguidade, autoconfiante, persistente, curioso, tem sentido de humor e elevada energia, exemplos de características ligadas a uma mais provável sensação de realização pessoal e mesmo de saúde mental.

O projeto de investigação-ação do Gabinete de Formação e Pesquisa em Educação (GFPE) da FNE que aqui apresentamos, e já a decorrer em escolas, tem como objetivo

principal compreender até que ponto o clima para a criatividade no ambiente escolar, características de personalidade e níveis de motivação para o trabalho promovem o bem-estar e a satisfação psicológica dos docentes e não docentes.

Este projeto de investigação-ação teve o seu início em Setembro de 2016, e procura perceber até que ponto as práticas dos profissionais docentes e não docentes estimulam a criatividade e a motivação no aluno; quais são os motivos profissionais e as necessidades psicológicas que orientam tais práticas e qual o impacto destas práticas nos níveis de bem-estar destes docentes e não docentes.

Presentemente, este projeto encontra-se numa fase de testagem, ou seja de estudo piloto, tendo sido aplicado numa escola pública (2016/2017) e atualmente (2017/2018) está a ser testado num colégio privado. O objetivo desta fase é de avaliar, rever e aprimorar os instrumentos e procedimentos de pesquisa, procurando identificar os pontos fracos e problemas em potencial, para que sejam resolvidos antes da implementação propriamente dita.

Este projeto de investigação – ação tem previsto nas suas várias fases: (a) a recolha de informação e reflexão sobre essa informação, com docentes, não docentes e gestão escolar; (b) formação em diferentes modalidades, como por exemplo conferências, formação de curta duração e formação na modalidade de projeto e círculo de estudos para docentes e não docentes; (c) consultoria com a ges-

tão da escola para, face aos dados recolhidos, se pensarem e implementarem medidas que promovam a criatividade, motivação e bem-estar entre os docentes e não docentes, no fundo, na comunidade educativa.

Dito de outro modo, pretende-se a partir da análise dos dados, em colaboração com as equipas de gestão das escolas, traçar planos para a melhoria e corrigir os pontos menos positivos detetados nas práticas dos docentes e não docentes.

Esta pesquisa, para além de servir objetivos empíricos, também se torna relevante do ponto de vista da prática educativa na medida em que será capaz de fornecer um suporte empírico para que os gestores conheçam melhor a sua equipa de docentes e não docentes, nomeadamente, as suas percepções sobre até que ponto as suas práticas estimulam a criatividade, o que os motiva ou não e quais os seus níveis de bem-estar.

Importa por fim referir que este projeto de investigação - ação se desenvolve em parceria com escolas e centros de investigação, nomeadamente das Universidades da Madeira e do Minho, e com a colaboração de uma investigadora do Instituto de Engenharia do Porto.

Lúcia C. Miranda

Gestora do Gabinete de Formação e Pesquisa em Educação

Professora Auxiliar Convidada da Universidade da Madeira.

Dirigente STAAE-ZN

Tudo em suspenso sem respostas concretas



Uma delegação do Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas – SPCL, constituída pela Secretária-Geral, Teresa Soares, e por Irene Lemos, reuniu no passado dia 25 de outubro de 2017, com o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), nas dependências da Embaixada de Portugal no Luxemburgo.

A reunião foi requerida, aproveitando a presença do Secretário de Estado, e em seguimento de um ofício do SPCL, enviado em maio passado, onde constavam os principais problemas que afetam os professores do Ensino do Português no Estrangeiro - EPE, especialmente o descongelamento salarial e a inaceitável prioridade inferior destes docentes nos procedimentos concursais em território nacional, assim como a recusa de observar a legislação de proteção à maternidade e à família.

Lamentavelmente, nenhuma das nossas justas reivindicações mereceu compreensão por parte da tutela, que tudo deixou em suspenso sem dar respostas concretas, especialmente no referente ao descongelamento salarial, onde foi unicamente adiantado ser necessário aguardar os desenvolvimentos do descongelamento de carreiras na Administração Pública em Portugal.

Quanto à prioridade inferior nos concursos, a única informação obtida foi a de que o Primeiro-Ministro estaria alertado e atento à situação. Esperemos que realmente o esteja, pois foi deste assunto devidamente informado, através de ofício do nosso Sindicato, enviado em janeiro passado, não se tendo porém registado nenhuma reação.

Quanto à falta de aplicação das leis de proteção à maternidade (é recusada às professoras a possibilidade de recuperarem as férias suspensas pela mesma), adiantou Teresa Soares que no EPE não se podia aplicar a legislação utilizada em Portugal, porque no estrangeiro o trabalho dos professores era considerado “diferente” e em condições “diferentes”.

Dada a incapacidade em se entender a natureza da diferença, a Presidente do SPCL lembrou que até 2010, inclusive, não se registaram quaisquer dificuldades nesse campo, tendo as mesmas começado com a tutela do Instituto Camões, o que prova que o fator de diferença é apenas a relutância do citado Instituto em remunerar professores substitutos.

O nosso Sindicato mencionou ainda o facto de, no respeitante ao subsídio de refeição, existirem para os funcionários dos consulados e embaixadas tabelas por país, facto que discrimina os professores, pois auferem apenas subsídio idêntico àquele pago em Portugal, ao que o SECP respondeu que esses funcionários trabalhavam “mais”.

Tendo-se mostrado incapaz de definir o “mais”, passou o SECP a declarar que os professores do EPE deveriam deixar de apresentar reivindicações, pois tinham sido alvo do enorme benefício do fim do limite de permanência no estrangeiro, o que teria, segundo aquele membro do Governo, retirado a muitos professores desempregados em Portugal a possibilidade de emprego no EPE.

Tendo o SPCL resolvido não reagir a tal comentário ofensivo para os professores e indigno de um governante, mas que iremos denunciar em sede própria, foi a reunião terminada com um pedido de contenção na sobrecarga a que estão atualmente sujeitos os docentes do ensino complementar no Luxemburgo, pois além da elaboração de materiais e vários tipos de planificação têm ainda inúmeras reuniões, tanto com professores portugueses como com luxemburgueses, sendo manifestamente insuficiente a redução de duas horas letivas atualmente concedida.

O Desafio das Escolas Profissionais ao Movimento Sindical

Com a assinatura do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) entre a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF), na qual a ANESPO (Associação Nacional das Escolas Profissionais) se encontra integrada, e a FNE - Federação Nacional de Educação, que entrou em vigor cinco dias após a sua publicação no Boletim do Trabalho e Emprego publicado no dia 22 de agosto de 2017, abriu-se e uma nova área de intervenção sindical por parte dos sindicatos da FNE e consequente angariação de novos associados.

Como todos sabemos, esta convenção, no que respeita à sua aplicação às Escolas Profissionais Portuguesas, foi a primeira convenção acordada entre as associações sindicais depois de longas negociações, lideradas por parte da FNE pelo nosso dirigente José Ricardo, a quem manifestamos aqui o nosso reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido.

Portanto encontramos-nos, no que concerne aos STAAES, num novo espaço de trabalho que urge aproveitar e aprofundar.

O STAAEZCENTRO desde longa data tem alguns associados destas escolas que, por não haver nenhum contrato coletivo de trabalho como o agora publicado, sempre se

sentiram marginalizados no que concerne às atualizações salariais, associados, muitos deles, naquele regime meio secreto, em que as entidades empregadoras não podiam saber que eram nossos associados, situações estas que vão persistindo, infelizmente motivadas por alguma alergia das entidades empregadoras ao movimento sindical, alergia essa onde certamente os sindicatos da FNE não se encaixam.

Certamente que para termos um melhor conhecimento desta nova área de trabalho para os sindicatos FNE devamos efetuar uma breve abordagem à génese do ensino profissional em Portugal, ao tentarmos saber como é, quando nasceu e, portanto, em que é que consiste. O ensino profissional em Portugal e as escolas profissionais foram criados em 1989, até à sua institucionalização no conjunto do sistema educativo, após o ano 2005.

Em 1977 tinha sido abolido o ensino técnico que havia sido herdado da ditadura, abolição sobretudo relacionada com o facto de o ensino técnico ser considerado, pelo novo quadro democrático, como um ensino discriminatório, social e culturalmente, sendo destinado aos mais pobres e enraizado muito prematuramente no sistema de ensino, em níveis etários muito pouco habilitados, a realizar positivamente este tipo de escolhas vocacionais, e na sequência de medidas em curso no sistema de ensino, oriundas do período ditatorial,

decorrentes tanto da aplicação do novo Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (Joaquim Azevedo).

Na génese do ensino secundário profissional está, antes de mais, um imperativo ético. Ao concretizá-lo seguiu-se um caminho novo, uma outra política de educação.

Portanto, as escolas profissionais nasceram como resposta a uma convocação social muito explícita e para procurar responder a muitas inquietações sociais e às angústias de muitas pessoas concretas, famílias, adolescentes e jovens, instituições sociais e empresas.

Em primeiro lugar, estas escolas foram convocadas por muitos milhares de alunos que reprovavam consecutivamente no ensino básico e no ensino secundário geral e eram empurrados para o abandono escolar precoce, sem qualquer qualificação profissional, sem perspectivas de uma adequada inserção sócio-profissional e com uma auto-estima destruída por uma instituição social tão poderosa que lhes dizia, dia após dia: tu não és capaz! Convocaram-nos muitos milhares de famílias que estavam atónitas e muito preocupadas, não sabendo que orientação dar aos seus filhos, a braços com a sua recusa da escola, com a recusa das escolas em os acolher devidamente e com sua a falta de ferramentas sólidas de inserção sócio-profissional, num contexto social de desemprego crescente entre os jovens (Joaquim Azevedo).





Embora criadas sob o impulso inicial do Estado, através de uma iniciativa dos Ministérios da Educação e do Trabalho, em parceria com múltiplos atores sociais, este tipo de ensino e de escolas permaneceu, durante quinze anos, como uma importante inovação social e educacional e, ao mesmo tempo, um modelo bastante marginal, ao lado das tradicionais ofertas educativas proporcionadas pelas escolas secundárias, sendo por iniciativa política do Ministério da Educação, que se tornou um elemento central de uma nova política educativa, no atual ensino secundário (Joaquim Azevedo).

Que novidades nos traz este contrato coletivo aos trabalhadores não docentes das Escolas Profissionais?

Não querendo sermos exaustivos, pois para um conhecimento profundo deste novo contrato convidamo-vos a estudarem na sua totalidade, iremos realçar alguns pontos que consideramos essenciais e que entendemos que serão de destacar nas reuniões sindicais com os trabalhadores não docentes das escolas profissionais.

Um ponto essencial neste CCT consiste, nos termos do seu artigo 1º A, na novidade de a sua adesão ser individual e voluntária por parte

dos trabalhadores não filiados nas associações sindicais outorgantes, adesão que pode ser efetuada até 90 dias após a sua entrada em vigor, mediante a comparticipação nas despesas de negociação efetuadas, no montante de 0,5 % da remuneração, contando para o efeito todo o tempo de serviço prestado na categoria, e quando a adesão se efetua após este prazo o trabalhador perde esse tempo para efeitos de antiguidade na carreira.

A nova tabela salarial deste CCT, na quase globalidade das situações, vai trazer um aumento das retribuições dos trabalhadores não docentes, o que se torna um incentivo de peso nas negociações e poder ser um ponto fundamental que levará estes trabalhadores não docentes a aderirem ao CCT.

Convém alertar os trabalhadores não docentes que a quota sindical de 0,8%, para além de conceder os serviços e regalias que os sindicatos lhes proporcionam, pode ser em grande parte deduzida para efeitos de IRS, quando os 0,5% da adesão ao CCT já não são passíveis de dedução para esses efeitos.

As carreiras dos trabalhadores não docentes, que neste momento passam a existir nas escolas profissionais à semelhança do que já se passava no ensino particular e coope-

rativo, são cinco, nomeadamente a de psicólogo, assistente educativo, técnico e técnico superior, havendo ainda a carreira de especialista, que é uma categoria de classificação opcional, caindo portanto no poder discricionário da entidade empregadora o facto de a poder atribuir ou não.

Portanto os trabalhadores não docentes das escolas profissionais passam a ter direito a uma carreira, o que não existia até à publicação deste CCT. Nessa altura, a sua vida profissional era regulada única e exclusivamente pelo Código do Trabalho, o que agora já não sucede a quem for sindicalizado nos STAAES ou adira ao CCT. Outra situação que devemos realçar tem que ver com o acréscimo de dois dias úteis de férias previstas no artigo 30º do CCT, que poderá ser mais um argumento de peso para que os trabalhadores não docentes adiram a este CCT.

Agora que este CCT entrou em vigor, o desafio está lançado aos sindicatos da FNE. Desafio que só pode ser ganho pela nossa presença no terreno, em diálogo com os trabalhadores para angariarmos mais associados, razão da existência do movimento sindical.

João Gois Ramalho
Presidente do STAAEZCENTRO

Bibliografia: Azevedo, Joaquim, "O Ensino Profissional em Portugal, 1989-2014: os primeiros vinte e cinco anos de uma viagem que trouxe o ensino profissional da periferia para o centro das políticas educativas", Porto, março de 2014.

STAE
ZONA CENTRO

Adriano Moreira no *Futuro da Europa* da UGT: “O imprevisto está à espera de uma oportunidade”



Adriano Moreira e António Vitorino foram os dois oradores convidados pela UGT para intervirem na conferência internacional sobre o “Futuro da Europa”, que decorreu na tarde de 11 de outubro de 2017, no auditório daquela central sindical, na Ameixoeira, em Lisboa.

O evento contou ainda com os três comentadores internacionais Gabriele Bischoff (Presidente do Grupo dos Trabalhadores do CESE e responsável do Departamento de Política Europeia da DGB - Confederação Sindical Alemã), Erich Foglar (Presidente da OGB - Confederação Sindical Austríaca) e Karl-Petter Thorwaldsson (Presidente da LO-Sweden - Confederação Sindical Sueca).

Na abertura da conferência, Carlos Silva, Secretário-Geral da UGT, leu uma mensagem do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, sobre o futuro da Europa “entre a economia e o mercado social”. De seguida, o líder da

UGT lembrou a importância do diálogo social (DS) para a central sindical e sublinhou que “se não formos bem sucedidos nesse capítulo os trabalhadores é que sofrerão as consequências”, concluindo que “estar ao serviço dos trabalhadores é estar ao serviço do país”.

Por seu lado, Gonçalo Lobo Xavier (Vice-Presidente do CESE - Conselho Económico e Social Europeu) realçou que uma das coisas que aprendeu na vida é que “a construção da Europa não se pode fazer sem o DS” entre as confederações patronais e os sindicatos e que os parceiros sociais têm um lugar especial no futuro da Europa: “Devemos estar orgulhosos com a história das conquistas europeias e a Europa bem precisa de um DS profícuo e duradouro”, rematou.

Coube a João Dias da Silva, Vice-Presidente da UGT e membro do CESE, a introdução dos dois convidados especiais: Adriano Moreira e António Vitorino. Para Adriano Moreira, que fez uma resenha his-

tórica desde o princípio do século XX, a Europa está a precisar de algumas fontes de esperança, salientando que o “imprevisto está à espera de uma oportunidade”.

Adriano Moreira recordou os três grandes pioneiros da unificação, Robert Schuman, Konrad Adenauer e Alcide De Gasperi, frisando que vivemos um ambiente obscuro, a que se juntaram, entre outras, as inquietações de Espanha, do Reino Unido, a incerteza de Trump e a questão da Coreia do Norte.

“O populismo que varre hoje a Europa é muito perigoso”, avisou Adriano Moreira, que citou por duas vezes palavras sábias do Papa Francisco. “O nosso grande problema é que conhecemos as consequências do globalismo, mas não as suas causas. Sofremos muito porque as nossas fronteiras são o globalismo e não a segurança”.

Outro grande perigo é que temos que ter uma Ciência com consciência e isso não está a acontecer. E gravíssimo para a Europa “é o facto de os países estarem a apelar à sua memória (vejam-se os casos da Rússia ou da Catalunha) e a fazer renascer os mitos raciais”. Para Adriano Moreira, à míngua de dinheiro no Orçamento de Estado para a defesa, os nossos militares estão a usar a estratégia do Saber (“eles têm publicado estudos brilhantes”) e “o poder do verbo é bem capaz de vencer o verbo do poder”, exprimiu.

Por seu lado, António Vitorino realçou que várias questões criaram clivagens que se podem eternizar nos Estados Membros, mas “não há perdedores nem ganhadores permanentes no projeto europeu”, existindo agora um novo fôlego com os resultados das eleições em França e na Alemanha. A seu ver, um sólido acordo franco-alemão é essencial para o futuro da Europa, sendo ainda necessário “otimizar o Tratado de Lisboa naquilo que ele permite”, uma vez que para a legitimidade do projeto europeu faz falta a adesão dos cidadãos, da sociedade civil: “Os tecnocratas e o micro-clima de Bruxelas não chegam”, adiantou.

A legitimidade, refere António Vitorino, não se esgota no Parlamento Europeu, pois o deficit democrático começa no interior de cada país: “Receio que a narrativa europeia esteja hoje mais centrada nos ganhadores da globalização, e não nos perdedores”. E exemplifica: “Quantos cidadãos europeus beneficiam da tarifa de roaming? Isto é uma questão totalmente irrelevante, que só interessa a uma elite que se move. O futuro da Europa tem que ser o de proteger os cidadãos, mas sem ser protecionista”.

António Vitorino citou de seguida quatro fatores críticos para um

crescimento de 2%, tão necessário para o modelo social europeu: 1) A população (que requer 25 anos para uma viragem); 2) Um problema de produtividade de empresários e de trabalhadores (para o qual é preciso uma boa concertação social nacional e europeia); 3) Inovação (“a Europa é boa a fazer Ciência com dinheiro, mas não a fazer dinheiro com a Ciência”); e 4) O bom funcionamento do modelo social económico (para o qual são necessários a reforma do Mercado Interno e o reforço da União Económica e Monetária – ambos a requerer um acordo franco-alemão).

Outro desafio é o dos migrantes e refugiados. Sobre isto, António Vitorino referiu que a Comissão Europeia tem uma cultura de resolver as coisas sob pressão e o imprevisto gera depois imprevidência: “E o problema”, garantiu, “é que depois temos que andar a correr atrás do prejuízo. E o imprevisto chama-se crise”.

Gabrielle Bischoff, Presidente do Grupo dos Trabalhadores do CESE e responsável do Departamento de Política Europeia da DGB (Confederação Sindical Alemã), sublinhou que se não formos bem sucedidos no DS a fatura recai nos trabalhadores, ideia que foi depois reforçada por Erich Foglar,

Presidente da OGB (Confederação Sindical Austríaca), que mencionou os perigos e as oportunidades (que teremos que saber aproveitar) da digitalização: “Não temos muito tempo para nos prepararmos e o pior é que não estamos preparados para as mudanças da digitalização, que já estão agora a acontecer, pois não temos nem respostas éticas, nem respostas quanto ao modelo social deste mundo digital”.

Karl-Petter Thorwaldsson, Presidente da LO-Sweden (Confederação Sindical Sueca), revelou que 45 % dos suecos acham que o país está no mau caminho, embora tenham boas condições de vida e um crescimento de 4% ao ano: “Aqui é que precisamos da Europa”, salientou. “Os direitos dos trabalhadores devem valer tanto como o direito de mobilidade. Precisamos com grande urgência de dar esperança aos europeus”.

O encerramento da conferência da UGT sobre “O Futuro da Europa” esteve a cargo da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Ana Paula Zacarias, e de Lucinda Manuela Dâmaso, Presidente da UGT.



FNE celebra protocolo com ASSP

A FNE celebrou um Protocolo com a Associação de Solidariedade Social dos Professores (ASSP), em que esta se dispõe a possibilitar a utilização das suas quatro residências sénior de professores, situadas em Aveiro, Carcavelos, Porto e Setúbal, aos associados dos sindicatos da nossa federação. Estas quatro residências ERI (Estrutura Residencial para Idosos) estão enquadradas numa proposta de envelhecimento ativo e saudável, a título temporário ou permanente.

Nos termos do protocolo, a ASSP deverá garantir aos associados dos sindicatos da FNE preços idênticos aos dos seus próprios associados, de acordo com as condições de acesso estabelecidas: todos ficam sujeitos às condições previstas no Regulamento Interno das residências, pagam uma jóia de entrada sem direito a retorno (igual ao valor da mensalidade que for estabelecida caso a caso), assim como uma mensalidade adiantada.

A ASSP deverá ainda garantir aos associados dos sindicatos da FNE o direito de participação nas atividades das suas quinze delegações, devendo estipular para eles a reserva de 10 % dos lugares disponíveis. Caso estes lugares não venham a ser ocupados serão utilizados por associados da ASSP. As delegações desta associação estão localizadas nos Açores, Algarve, Aveiro, Beja, Coimbra, Évora, Guimarães, Leiria, Lisboa, Madeira, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal e Viseu.

O Protocolo é válido por um período de um ano, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos.

A ASSP é uma Associação de Professores que tem como objetivo a prestação de serviços de natureza social, humanitária e cultural aos professores seus associados e familiares.



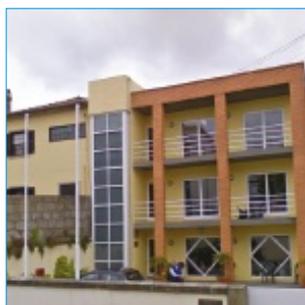
Aveiro

Rua Nova, 50,
Santiago-Glória
3810-370 Aveiro
Tel. 234 373 230
d.aveiro@assp.pt



Lisboa

Rua Pedro Álvares
Cabral, 150
2775-615 Carcavelos
Tel. 214 584 400
casaprofessoresemcar
cavelos@gmail.com



Porto

Est. Interior da
Circunvalação, 3201
4300-111 Porto
Tel. 225 106 270
d.porto@assp.pt



Setúbal

Avenida António
Sérgio, 1
2910-404 Setúbal
Tel. 265 719 850
d.setubal@assp.pt

FNE em Bruxelas no Comité Sindical Europeu da Educação



Aspeto geral da reunião do CSEE na Casa Sindical em Bruxelas

O Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), Região Europa, reuniu em Bruxelas, nos dias 23 e 24 de outubro, com uma agenda preenchida de assuntos relacionados com a educação. Neste comité tem assento um representante dos sindicatos da educação de cada país e cabe à FNE, através de Alexandre Dias, assegurar a representação de Portugal no atual mandato.

Foram apresentadas as decisões e os documentos aprovados pela comissão executiva, bem como um conjunto de documentos estruturantes da ação sindical desenvolvida ao longo dos últimos seis meses, pelo secretariado do CSEE. Questões como a educação pré-escolar, a inclusão, a igualdade de oportunidades, as tecnologias de informação e comunicação, o ensino superior, o profissionalismo docente e o estatuto da profissão docente receberam atenção especial, com a ratificação de documentos e de tomada de posição dos sindicatos europeus sobre estas temáticas.

Debateram-se alguns aspetos relativos a temas europeus tais com o “Brexit”, a emigração para a Europa e os refugiados, a governança económica, o diálogo social, a construção europeia e os acordos transcontinentais de comércio e serviços. O tema da solidariedade sindical esteve também na agenda, com uma forte crítica à situação dos mais de vinte mil professores expulsos da profissão na Turquia. Os cortes financeiros, com reflexo nos salários, no financiamento da escola pública e na degradação das carreiras encetados por muitos dos governos europeus continuam a ser uma chaga na

profissão que os sindicatos querem resolver.

A ascensão de governos populistas na Europa, que tentam condicionar os professores relativamente aos conteúdos lecionados nas suas aulas, pondo em causa a liberdade profissional, foi também referida por parte de muitos representantes sindicais.

Definiram-se estratégias de ação relativamente às negociações com a UE (União Europeia) e as organizações de empregadores na área da educação e foram propostas ações concretas a serem desenvolvidas pelos sindicatos e pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

Finalmente foram apresentados os resultados relativos aos projetos europeus que estão a ser desenvolvidos pelo CSEE e foi aprovado por unanimidade o relatório de contas referente ao ano de 2017. A próxima reunião deste Comité está marcada para 19 e 20 de março de 2018.

Alexandre Dias





III Cimeira Global da Indústria da Educação

Uma delegação da Internacional da Educação (IE) juntou-se a mais de uma centena de representantes do governo, da indústria da educação e da OCDE na III edição da Cimeira Global da Indústria da Educação, que decorreu nos dias 25 e 26 de setembro de 2017, no Luxemburgo, sob o lema de “Escolas na encruzilhada da inovação em cidades e regiões”.

A indústria da educação fez-se representar principalmente por empresas em fase de arranque e por pequenas e médias empresas, como o LearnCapital. Já as grandes multinacionais como a Apple, Microsoft e Pearsons notaram-se pela sua ausência, uma vez que se encontravam num outro evento.

Embora tenha havido muita discussão sobre não se poder prever o futuro tecnológico e críticas a respeito de as escolas e os educadores terem que ser muito mais flexíveis, surgiram várias tomadas de posição encorajadoras.

A primeira veio pela voz de Andreas Schleicher da OCDE que, ao colocar grande ênfase na inovação, argumentou que os professores altamente qualificados têm que estar no centro da inovação. Segundo ele, os professores no

controlo da inovação são um incentivo muito maior para a melhoria do sistema do que salários relacionados com o desempenho.

Ao invés de ceder ao argumento desacreditado de que as escolas estão desatualizadas tecnologicamente, e que poderiam vir a ser substituídas por MOOCs (cursos online gratuitos), a maioria dos participantes da Cimeira concordou que o futuro das escolas reside no facto de elas serem componentes essenciais das suas comunidades locais.

A maioria das empresas representadas argumentaram que precisavam de diálogo sobre pedagogia e de saber o que os professores mais precisavam em termos de suporte de TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação.

A delegação sindical, composta pela IE, Federação Americana de Professores (AFT), Sindicatos de Professores Dinamarqueses, GEW da Alemanha e pelo Comité Consultivo Sindical da OCDE (TUAC, em inglês) fizeram várias intervenções.

John Bangs, consultor especial da IE, lembrou a Cimeira que apenas os professores podem determinar

o tipo de suporte de TIC de que necessitam e que eles também precisam de tempo e espaço para colaborar na partilha de conhecimento e experiência.

Para sublinhar a necessidade dos professores para além da sala de aula, Rob Weil (AFT) fez um discurso poderoso, destacando os efeitos dos furacões nas cidades dos EUA e de como as escolas e os professores estavam no centro da reconstrução das suas comunidades.

Apesar de alguma hostilidade minoritária para com os sindicatos de professores, a maioria dos participantes na Cimeira foi recetiva aos argumentos da IE. No entanto, a grande ausência da indústria multinacional da educação e das empresas de tecnologia global coloca um ponto de interrogação quanto ao futuro deste evento. Afinal de contas, são essas mesmas empresas que procuram dominar o setor público e buscam o lucro com o financiamento público da educação em muitos países. A Cimeira de 2018 será organizada pela Estónia, sugerindo alguns que pode muito bem ser a última.

Com IE

<https://ei-ie.org/en/detail/15413/teachers-voice-is-heard-at-global-education-industry-summit>
<http://globoeducation.onetec.eu/>

II Semana Europeia da Formação Profissional

A Comissão Europeia - CE organiza, entre 20 e 24 de novembro de 2017, a *II Semana da Formação Profissional - Descobre o Teu Talento*, com atividades centradas em Bruxelas e uma multiplicidade de eventos, que se vão desenrolar em praticamente todos os pontos da União Europeia.

Na edição do ano passado, as partes interessadas no Ensino e Formação Profissional (EFP) organizaram, entre outros, dias abertos, conferências temáticas, concursos de fotografia ou campanhas sobre formação profissional inicial ou contínua, que serviram para demonstrar como as competências profissionais podem, a todos os níveis, apoiar a inovação e a competitividade, promovendo ao mesmo tempo as perspetivas de emprego.

Como membro da Aliança Europeia das Aprendizagens, a FNE convida todas as partes interessadas no domínio do EFP a realizar atividades próprias no nosso país, a nível local, regional ou nacional. A informação de como participar e proceder ao registo de um evento de autoria própria pode ser consultada na página web: <http://ec.europa.eu/social/VocationalSkillsWeek>, que adicionará o evento ou atividade ao mapa de registos eletrónicos da CE.

A ênfase da edição de 2016 na excelência do EFP, com vista à sua promoção como uma primeira escolha de carreira, vai manter-se, enquadrada por três subtemas: a mobilidade no EFP – uma vez que os alunos em mobi-

lidade ganham competências que aumentarão a sua empregabilidade e perspetivas de vida; soluções setoriais específicas - através da cooperação setorial no domínio das competências; e o papel fundamental dos empregadores nas parcerias do EFP com as empresas.

A cerimónia de encerramento da II Semana Europeia da Formação Profissional, em 24 de novembro de 2017, integra uma cerimónia de entrega de prémios, um dos quais, e pela primeira vez, a um professor do EFP, em cujo regulamento a FNE deu a sua contribuição, a convite da Direção do Emprego da CE.

110 milhões de europeus já beneficiaram do EFP. Consequentemente, trabalhadores com boa formação e com competências técnicas atualizadas estão a tornar as empresas e organiza-

ções mais fortes e competitivas, o que contribui para um crescimento inteligente e sustentável.

A formação em contexto de trabalho, os estágios, a aprendizagem, os cursos personalizados e a mobilidade visam desbloquear o potencial profissional de todos os formandos, através da combinação da teoria e da prática. O EFP é cada vez mais atrativo para trabalhadores jovens e adultos e para empregadores e está disponível em todas as áreas, desde a ciência e engenharia aos cuidados de saúde e finanças, tanto no sector público como no privado.



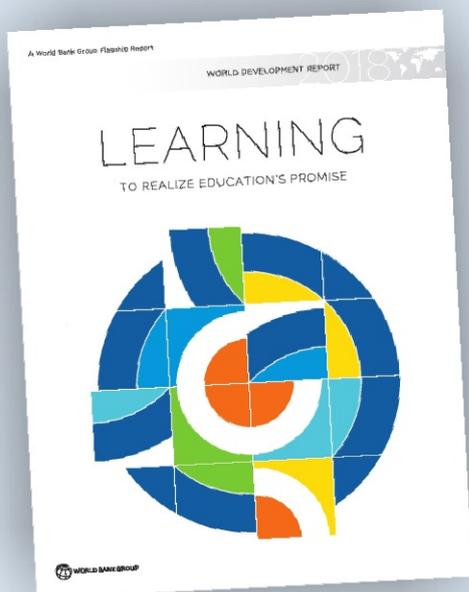
Saiba mais

<http://ec.europa.eu/social/VocationalSkillsWeek>

EMPL-VOCATIONAL-SKILLS-WEEK@ec.europa.eu

#EUVocationalSkills

IE reage ao Relatório do Banco Mundial sobre Educação



“Um esforço superficial e incoerente que supera questões complexas, simplifica demais as recomendações e opta por amplas generalizações, que devem fazer com que o Ministro das Finanças mais bem intencionado coce a cabeça”.

Foi desta forma que a Internacional da Educação (IE) reagiu ao novo Relatório de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial (BM) sobre educação 2018, classificando-o como incompleto e inadequado para os desafios a que se propõe. “Se a intenção era construir um manual para os governos, então o BM falhou o alvo. Se a intenção era ignorar o enorme fosso de recursos entre os países então o BM conseguiu”, afirmou David Edwards (IE).



David Edwards
Secretário-Geral Adjunto da IE

Para Fred Van Leeuwen, Secretário-Geral da IE, o relatório “é uma oportunidade perdida para promover o financiamento sustentável da educação. Além disso, o relatório sublinha que a relação entre o investimento público e a aprendizagem dos alunos é baixa, desencorajando maiores investimentos públicos em educação”.

O documento do BM baseia-se muito no relatório da Comissão de Educação que põe o foco na "crise de aprendizagem" (crianças que estão na escola, mas não aprendem) e na "armadilha de aprendizagem" (fatores sistêmicos que levam a baixos resultados de aprendizagem). No entanto, ao contrário da Comissão de Educação, o BM tem sido o arquiteto da política educativa nos países em desenvolvimento, há mais de cinquenta anos.

David Edwards realça que numa primeira leitura, a IE não encontrou nenhuma menção a esse fato ou a uma auto-reflexão que permitiria esclarecer o que o próprio BM aprendeu ao avançar quanto à descentralização, a reformas baseadas na comercialização e ao financiamento baseado em resultados.

Embora o relatório reconheça de forma ténue que o potencial conflito de interesses de atores privados pode ter um efeito prejudicial sobre a educação e a aprendizagem, esse ponto está em grande parte diluído na história mais lata. De fato, há poucas análises sobre a questão da privatização, considerando o apoio financeiro do Banco a escolas privadas de acesso restrito e seu registo controverso no setor educativo.



Fred Van Leeuwen
Secretário-Geral da IE



Um ponto esclarecedor vem da pergunta: "A educação privada pode ser alinhada com a aprendizagem para todos?" Nesta admissão breve mas bem-vinda, o BM reconhece o que a comunidade de investigação em educação conhece há décadas: que não há evidências consistentes de que as escolas privadas produzem melhores resultados de aprendizagem do que as escolas públicas.

A equipa do relatório também identifica numerosos riscos, como a exclusão de alunos desfavorecidos ou menos capazes ou desejáveis, a segregação social, a exploração de famílias com fins lucrativos e as debilidades da educação pública.

O relatório reconhece com propriedade o papel fundamental que os professores desempenham numa educação de qualidade. Ressalta ainda mais a importância do relacionamento professor-aluno e argumenta, em concordância com a IE, que a tecnologia nunca pode substituir um professor, mas se usada adequadamente pode ser uma ferramenta complementar útil.

O relatório enquadra o absentismo dos professores, a falta de competências e a baixa qualidade dos docentes como um dos principais problemas que alimentam a crise de aprendizagem. No entanto, não há uma análise minuciosa das questões estruturais que levam ao absentismo, como salários exploratórios baixos, o que significa que os professores precisam de trabalhar em dois empregos para sobreviver, a necessidade de percorrer longas distâncias ou os salários e pagamentos em atraso.

A utilização de professores contratados é apresentada como uma escolha racional e económica para governos com escassez de professores.



Paradoxalmente, essa promoção do trabalho precário não é apenas contraproducente para o desenvolvimento da profissão docente, mas contradiz diretamente a recomendação do Banco de que melhores candidatos precisam de ser atraídos para a profissão, para melhorar a qualidade a longo prazo.

Dada a pesquisa citada, não surpreende que a luta dos professores por um trabalho digno seja apresentada em tensão com a sua vocação para ajudar as crianças a aprender. Isto não só não reconhece o direito dos professores a um trabalho digno, mas também desconsidera o fato de que a pesquisa da OCDE e outros mostram de que boas condições de vida e de trabalho dos professores afetam positivamente os ambientes de aprendizagem dos alunos.

Refira-se a propósito que um estudo da IE de 2015 ("O Discurso Duplo do Banco Mundial sobre Professores – Uma Análise de dez anos de Empréstimos e de Aconselhamento") mostra uma de notada preferência do Banco para reformas assentes na gestão comercial da educação, ao invés de uma preocupação com as condições de trabalho e de profissionalismo docente.

De uma forma muito clara, o BM considera que os docentes são uma peça fundamental na promoção de uma educação de qualidade, mas os seus documentos apresentam muitas vezes os professores como uma parte do problema, com que se enfrentam muitos países, no que respeita aos grandes desafios educativos.

1. [World Development Report on Education](#)
2. [The Education Commission Report - The Learning Generation](#)
3. [Creating Effective Teaching and Learning Environments – First Results from TALIS \(OCDE\)](#)
4. [EI – The World Bank’s Doublespeak On Teachers – 2015 \(Jornal da FNE – março 2107\)](#)

Professores em

LUTA

LUTAR por aquilo que é nosso.
É um direito. É um dever!

6a10
NOVEMBRO

Reuniões nas escolas

Concentração Sindicatos da FNE em Lisboa (11h)

Plenário Nacional de Professores e Educadores - Lisboa

Greve Nacional de Professores e Educadores

Concentração Nacional - Assembleia da República

Promovida em convergência com outras organizações sindicais.

15
NOV

13a27
NOVEMBRO

Greve à primeira hora de trabalho

Greve a toda a atividade letiva, de trabalho
com alunos, inscrita na componente não letiva

15a27
NOV DEZ

PROFS
NÃO DESISTEM

RECLAMO
O QUE É MEU!
CONTAGEM INTEGRAL DO TEMPO DE SERVIÇO

SPZN

SPZC

SPZL

SDP
SUL

SDPA

SPZM

SPCL

FICHA TÉCNICA
outubro 2017

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte * Sindicato dos Professores da Zona Centro * Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato Democrático dos Professores do Sul * Sindicato

Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

responsável administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448
Porto * tel. 225 073 880 *
fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e
paginação
Rafael Marques